

Implicações da biopolítica na divulgação das informações sobre covid-19 no Brasil

Luís Celestino¹

<https://orcid.org/0000-0003-0312-5063>

Regiane Lorenzetti Collares²

<https://orcid.org/0000-0002-3066-1163>

Resumo: O artigo tem como objetivo compreender a atuação de parcela dos meios de comunicação durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. Como se chegou ao paradoxo de que empresas de comunicação privadas concorrentes entre si se unissem e se tornassem peças fundamentais na gestão das informações “oficiais” sobre as mortes e os casos de Covid? Para tentar responder a essa questão, o artigo se dividiu em duas partes: em um primeiro momento, fizemos uma retrospectiva dos acontecimentos que levaram à criação de um consórcio de comunicação destinado a fornecer informações sobre o alastramento do Coronavírus pelo Brasil, para, em um segundo momento, tecermos algumas problematizações envolvidas nessa gestão da informação pelo governo e pelo consórcio de empresas privadas e, para isso, utilizamos o referencial teórico da biopolítica, notadamente os estudos do filósofo francês Michel Foucault sobre a gestão das doenças epidêmicas a partir de um processo de gestão das vidas nas cidades.

Palavras-Chave: Covid-19; Mídia; Biopolítica; Epidemia; Michel Foucault

Implications of biopolitics in covid-19 information in Brazil

Abstract: The article aims to understand the role of part of the media during the Covid-19 pandemic in Brazil. How did you come to the paradox that private media companies competing with each other would come together and become key players in managing “official” information about Covid's deaths and cases? To try to answer this question, the article was divided into two parts: at first, we made a retrospective of the events that led to the creation of a communication consortium designed to provide information on the spread of the

¹ Universidade Federal do Cariri, Grupo de Pesquisa Cartografias da Subjetividade, Juazeiro do Norte, Brasil. E-mail: luís.celestino@ufca.edu.br.

² Universidade Federal do Cariri, Grupo de Pesquisa Cartografias da Subjetividade, Juazeiro do Norte, Brasil. E-mail: regiane.collares@ufca.edu.br.

Coronavirus in Brazil, for, in a secondly, we weave some problems involved in this information management by the government and the consortium of private companies and, for this, we use the theoretical framework of biopolitics,

notably the studies of the French philosopher Michel Foucault on the management of epidemic diseases from a process of life management in cities.

Keywords: Covid-19; Media; Biopolitics; Epidemic; Michel Foucault

Implicaciones de la biopolítica em la información de la covid-19 em Brasil

Resumen: *El artículo tiene como objetivo comprender el papel de parte de los medios de comunicación durante la pandemia de Covid-19 en Brasil. Cómo llegó a la paradoja de que las empresas de medios privados competidores se unirían y se convertirían em actores clave em la gestión de la información "oficial" sobre las muertes y los casos de Covid? Para tratar de dar respuesta a esta pregunta, el artículo se dividió em dos partes: em um pimer momento, revisamos los hechos que llevaron a la creación de un consorcio de*

comunicación diseñado para brindar información sobre la propagación del Coronavirus em todo Brasil, para, em um segundo, tejemos algunas consideraciones involucradas em esta gestión de la información por parte del gobierno y del consorcio de empresas privadas y, para ello, utilizamos el marco teórico de la biopolítica, destacando los estúdios del filósofo francés Michel Foucault sobre el manejo de enfermedades epidémicas a partir de un proceso de gestión sobre las vidas em las ciudades.

Palabras Clave: Covid-19; Medios; Biopolítica; Epidemia; Michel Foucault

I. Introdução

Esse artigo começou a ser escrito em 22 de agosto de 2020, quando o Brasil já havia ultrapassado a marca "oficial" dos 100 mil mortos e durante três meses seguia com uma média diária de mortes acima de mil pessoas. Números que representam uma tragédia para famílias e amigos que perderam pessoas queridas colocam as atuais pesquisas sobre o tema em diversas áreas diante de compromissos éticos de respeito e cuidado com a vida. Vale a ressalva de que

qualquer reflexão produzida nesse momento é afetada pela falta de distanciamento temporal dos acontecimentos que ainda abalam o país.

As aspas na marca oficial dos 100 mil mortos vítimas do vírus Covid-19 se devem a uma peculiaridade do Brasil; os números foram divulgados e têm sido acompanhados por um autodenominado consórcio de empresas privadas de comunicação que coletam e totalizam informações das secretarias estaduais de saúde, divulgando diariamente uma “média móvel” do número de casos, sendo esse cálculo utilizado para se avaliar a queda, estabilidade ou aceleração a partir de uma metodologia referente aos dados diários, semanais e quinzenais por Região, Estado e Cidade. Desse modo, empresas privadas de comunicação informam sobre mortes e número de contaminados antes mesmo que Ministério da Saúde o faça. Vale salientar que este Ministério segue quando da escrita deste artigo sem um Ministro titular, e que já completa, nesta ocasião, mais de dois meses com um general da ativa do Exército como interino da pasta, sem experiência anterior em gestão da saúde pública.

Diante desse contexto, apresenta-se um panorama inusitado que perpassa os meios de comunicação brasileiros, e que nos instiga a algumas reflexões, a saber: como se chegou ao paradoxo de que empresas de comunicação concorrentes entre si se unissem e se tornassem peças fundamentais na gestão da informação “oficial” sobre as mortes e os casos de Covid-19 no país? Quais os sentidos de um consórcio de comunicação produzir noções de medição de casos como o de “número móvel de casos”? É diante dessas perguntas que se parte para a construção do objetivo central desse artigo, quer seja, oferecer uma leitura da relação entre mídia e a pandemia a partir de uma articulação com a noção de biopolítica.

Outro aspecto importante de se apontar, já nas linhas iniciais deste texto, é que para ler os meios de comunicação durante o período de pandemia no país é necessário compreendê-los não só a partir da representação dos conteúdos presentes em reportagens, notícias e artigos, mas buscar vê-los como dispositivos ativos no funcionamento de um poder que incide diretamente na vida de cada um de nós, seja individualmente, seja no plano coletivo da

população. Por dispositivos, sumariamente, compreende-se um conjunto heterogêneo de técnicas, estratégias, discursos, práticas, instituições que formam uma rede, exercendo a função de “operadores materiais de poder” (Revel, 2005, p. 39), e que, portanto, participam ativamente na constituição das condutas individuais e no governo das populações.

Margarida Kunsch (2016) destaca uma ampliação de leitura e atuação do campo da comunicação integrada, afastando-se de uma perspectiva funcionalista com a inserção de leituras de diferentes áreas. Nesse sentido, é importante uma quebra de paradigmas para se afastar de áreas estanques e fronteiras relativamente bem definidas de campos distintos de saberes e práticas.

A comunicação organizacional, na primeira década deste terceiro milênio, se caracteriza como uma atividade interdisciplinar, abrigando várias perspectivas teóricas e pressupostos epistemológicos, incluindo modernismo, realismo, interpretativismo, retórica, teoria crítica, pós-modernismo e pós-estruturalismo, feminismo e pós-colonialismo. Pode ser considerado um campo de perspectivas múltiplas e universais em sua abordagem em seus métodos, suas teorias, seus âmbitos de pesquisa e seus postulados filosóficos (Kunsch, 2016, p. 44).

A história da comunicação institucional no Brasil é marcada pelo difícil relacionamento entre órgãos governamentais e jornalistas durante a ditadura militar no país entre os anos 1960 e 1980. As assessorias de imprensa de órgãos governamentais eram então vistas como setores que visavam dificultar o acesso à informação num país que vivia ainda uma Lei de Censura.

O difícil relacionamento dos órgãos governamentais com os jornalistas a partir de 1968, quando foi instalada a censura à imprensa, ajudou a consolidar a imagem de que assessores de imprensa agiam como bloqueadores do fluxo de informação, como exigiam os novos donos do poder, processo similar ao

que ocorreu mais fortemente com a área de relações públicas. Na maior parte do período em que o país viveu sob o regime militar, as assessorias de imprensa tinham como principal objetivo o controle da informação, com a produção em larga escala de *releases* e declarações, evitando-se o acesso da imprensa à organização (Duarte, 2020, p.83).

O ano de 2020 com o advento da pandemia evidencia a complexidade da relação entre órgãos governamentais e empresas jornalísticas nos instigando a buscar outros referenciais teóricos possíveis para analisar o cenário atual, numa tentativa de ampliar o leque de abordagens buscando em outros campos, notadamente da filosofia, possibilidades de compreensão, que não esgotam nem excluem outras leituras possíveis sobre o tema.

Diante disso, o artigo buscará explanar sobre a atuação dos meios de comunicação durante a pandemia de Covid-19 no Brasil, analisando-os sob a luz das estratégias da biopolítica consideradas pelo filósofo francês Michel Foucault, da gestão das doenças epidêmicas dentro de um processo mais amplo de gestão das vidas. Em vista deste propósito, faremos uma necessária e breve revisão da elaboração do conceito de biopolítica para, posteriormente, tecermos reflexões retiradas do quadro da gestão da informação sobre o número de vítimas atingidas pelo Coronavírus.

É notório que quando Foucault elaborou a noção de biopolítica em meados dos anos 1970, ali já se buscava não apenas problematizar as relações entre poder e condução do indivíduo, a partir de procedimentos disciplinares, mas alcançar o conjunto dos viventes, no que diz respeito a um modo de funcionamento do poder que se vincularia à gestão da saúde, da natalidade, da mortalidade, sob o plano do governo da população.

É importante destacar que a primeira vez que Foucault utilizou o termo “biopolítica” foi no Brasil, na conferência *O nascimento da medicina social*, pronunciada em 1974 no Rio de Janeiro. Nesta conferência, chama-nos a atenção o fato de Foucault apresentar objeções à ideia de que a medicina

considerada “social” teria se privatizado devido às demandas do capitalismo. Assim justifica sua posição:

Com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário (...) foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica. (Foucault, 1979, p. 80)

Da mesma forma que a medicina social tem suas ações pautadas em consonância com uma realidade biopolítica, no que toca à gestão de informações sobre a saúde, temos a hipótese de que os meios de comunicação funcionem também em acordo com estratégias biopolíticas. Assim, enveredar em uma pesquisa sobre as implicações da biopolítica, significa também poder identificar das informações fornecidas sobre a pandemia decorrente do Coronavírus racionalidade(s) política(s) em curso, sobretudo, no que vem a dizer sobre as tecnologias de poder que se empreendem na condução da população. Para o pensador francês, a biopolítica não pode assim ser reduzida nem a uma análise exclusivamente econômica, nem jurídica ou mesmo sanitária dos modos de governar a população, embora tais leituras sejam também requisitadas para concebermos a condução das vidas dentro de um determinado território.

Esta análise das implicações biopolíticas, se estendida para o caso da abordagem do Coronavírus, nos provoca também a refletir sobre a postura tanto do Governo Federal, quanto dos veículos de comunicação consorciados, no que toca à gestão das informações, pois, a propósito de como se faz a formulação e divulgação dos números de casos e mortes relativos à doença, também se articulam atitudes administrativas no que se refere à condução das medidas que visam a contenção da doença pandêmica.

O artigo se divide, portanto, em duas partes. Em um primeiro momento, será feita uma retrospectiva dos acontecimentos que levaram à criação de um

consórcio de comunicação destinado a fornecer informações sobre o alastramento do Coronavírus pelo Brasil. O trabalho investigativo, neste momento, se propõe a apresentar algumas notícias veiculadas no *UOL*, *G1*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *Extra* e *O Estado de S. Paulo*, quando trazem justificativas dos motivos que propiciaram a criação do consórcio e de que forma tais veículos de comunicação passariam a atuar na coleta e divulgação de dados.

Em seguida, buscaremos tecer algumas problematizações a partir do referencial teórico da biopolítica. Assim, a escolha da biopolítica no campo teórico para a leitura das informações sobre a pandemia se deve a uma percepção de que as categorias tradicionais da política são insuficientes para dar conta desta análise, seja do ponto de vista de um antagonismo de classes sociais, seja de um substrato ideológico estatal, ou ainda, seja dos efeitos de uma crise econômica global.

A política avançou sobre a vida em todas as suas formas, alcançando sua dimensão física, orgânica e psíquica, fato que inquieta o campo da comunicação ao tematizar sobre as relações entre a gestão da informação e a esfera das decisões e atitudes políticas, tendo que se valer de outros referenciais teóricos que não os comuns às teorias da comunicação e, nesse sentido, a biopolítica se apresenta aqui como uma das possibilidades mais profícuas.

2. A criação do consórcio

No dia 8 de junho de 2020, os veículos de comunicação *G1*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Extra*, *UOL*, *TV Globo*, *Globonews* e *Folha de S. Paulo* anunciavam então a criação de um consórcio de informação sobre a incidência do Coronavírus na população brasileira nos seguintes termos: “Jornalistas de *G1*, *O Globo*, *Extra*, *Estadão*, *Folha* e *UOL* vão coletar nas secretarias de Saúde, e divulgar em conjunto, números sobre mortes e contaminados, em razão das limitações impostas pelo Ministério da Saúde” (online, *G1*, 08/06/2020)³.

³ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/08/veiculos-de-comunicacao-formam-parceria-para-dar-transparencia-a-dados-de-covid-19.ghtml> Acesso 04 set. 2020.

Na mesma matéria, são enumeradas as omissões dos dados do Ministério da Saúde que justificaram a criação do consórcio, tais como a ausência: da curva de casos novos por data de notificação e por semana epidemiológica; de casos acumulados por data de notificação e por semana epidemiológica; de mortes por data de notificação e por semana epidemiológica; de óbitos acumulados por data de notificação e por semana epidemiológica. Assim segue parte da justificativa: “Em razão dessas omissões, a parceria entre os veículos de comunicação vai coletar os números diretamente nas secretarias estaduais de Saúde”. A reportagem também traz depoimentos dos diretores de redação de cada um dos veículos. O diretor de jornalismo da Globo, Ali Kamel, assim definiu o consórcio das empresas de comunicação:

A missão do jornalismo é informar. Em que pese a disputa natural entre veículos, o momento de pandemia exige um esforço para que os brasileiros tenham o número mais correto de infectados e óbitos. Face à postura do Ministério da Saúde, a união dos veículos de imprensa tem esse objetivo: dar aos brasileiros um número fiel. (online, G1, 08/06/2020)

Quanto aos fatos que antecederam o consórcio: o primeiro caso de Covid-19 confirmado no país ocorreu no dia 26 de fevereiro de 2020 e o primeiro caso de morte notificado apenas no dia 16 de março deste mesmo ano, ou seja, 18 dias após o aparecimento do primeiro caso. Em se tratando de uma pandemia, um espaço de tempo muito lasso. No dia 26 de fevereiro de 2020, o então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, informou sobre o primeiro caso de Covid no Brasil em uma entrevista coletiva. Era uma Quarta-Feira de Cinzas, último dia do feriado de carnaval. Foi nesse dia também que o Ministério da Saúde anunciou a criação do site *coronavirus.saude.gov.br*, espaço que reuniria uma série de informações sobre a atuação do Ministério nesse período. Mandetta já havia também se pronunciado através de outras entrevistas sobre a atuação do Ministério da Saúde, mas a partir desse dia começa uma sequência diária de coletivas que seguirão até a sua demissão, em 14 de abril de 2020.

De pouco conhecido, o referido ministro passaria a ocupar diariamente telejornais, jornais, programas de rádio, portais de notícia, nos primeiros meses da epidemia no país. No dia 4 de abril o instituto de pesquisa de opinião *Datafolha* divulgava pesquisa em que 76% dos brasileiros aprovavam sua gestão no Ministério. Mandetta acabou sendo demitido após uma série de divergências com o Presidente Jair Bolsonaro em relação ao isolamento social, algo que expressou abertamente em entrevista ao programa dominical *Fantástico*, da *TV Globo*: “Brasileiro não sabe se escuta o Ministro ou se escuta o Presidente”⁴, afirmou na entrevista.

No que se refere à comunicação do Ministério da Saúde durante os meses de fevereiro, março e abril, é interessante observar não só a existência de entrevistas coletivas, mas de horários fixos para a divulgação dos dados diários sobre número de casos e número de mortos, como também a criação de “boletins epidemiológicos” e a metodologia de elaboração desses documentos. Já na rápida passagem do médico oncologista Nelson Teich pelo Ministério da Saúde, entre abril e maio de 2020, é importante observar que no dia 16 de abril (o primeiro dia de trabalho de Teich como Ministro), o Ministério vem a acompanhar semanalmente nos boletins epidemiológicos o “número de mortes por milhão de habitantes”.

Portanto, bem perto do Brasil se tornar o segundo país em número de mortes no mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, o Governo brasileiro ao adotar a informação sob o critério de mortes por milhão de habitantes, faz com que o país não apareça entre os dez primeiros em número de mortes por Covid-19, de um *ranking* que agora é formulado com outra metodologia. Nos boletins epidemiológicos, essa informação, inclusive, vem primeiro que a informação sobre o número total de casos. É evidente que é uma, entre outras formas, de se acompanhar a evolução do número de casos criando-se um parâmetro de comparação com outros países. Porém, o Governo não explicitou por qual razão passou a adotá-lo. Grosso modo, boletins

⁴Entrevista disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L2OwenRH-wE>. Acesso em 08 set. 2020.

epidemiológicos são documentos de periodicidade semanal que visam não só orientar gestores de saúde vinculados às secretarias estaduais e municipais, mas divulgar para o público informações sobre ações e políticas desenvolvidas pelo Ministério da Saúde. Vale salientar que até o dia 22 de agosto de 2020, data em que começamos a redigir este artigo, já haviam sido publicados 27 boletins.

Não é nosso objetivo entrar em um aprofundamento de estudo sobre o conteúdo dos boletins epidemiológicos, o que necessitaria não só mais tempo como seria um empreendimento de pesquisa que exigiria outras metodologias para dar conta da complexidade das questões que são suscitadas em suas mais de 50 páginas de cada edição. É no boletim epidemiológico, por exemplo, que aparecem as definições do que é considerado caso confirmado e caso suspeito e as classificações dos casos suspeitos pela proximidade familiar ou por ter viajado para áreas com alta incidência de casos, algo que ocorria nos primeiros meses de gestão da epidemia, mas que foi abandonado com o alastramento da doença pelo país.

O que interessa observar é que no embate que se deu entre o Ministério da Saúde e os meios de comunicação que antecederam à criação do consórcio, uma série de conceitos e estratégias estão explicitados nos boletins epidemiológicos e não devem ser ignorados. Um deles, conforme já abordado, é o acompanhamento do “número total de casos por milhão de habitante”. O artigo não parte do argumento de que os meios de comunicação ocuparam um vácuo ou vazio de informações oficiais, mas que o consórcio surgiu pela desconfiança sobre os dados e metodologias utilizadas pelo Governo para acompanhamento dos casos.

Não só havia uma desconfiança dos veículos de comunicação brasileiros, mas o Governo passara a adotar nos primeiros dias do mês de junho estratégias de divulgação que não se enquadravam nas suas dinâmicas de funcionamento como, por exemplo, horários de fechamento das matérias sobre o assunto. Enquanto os dados eram divulgados por volta das 17h, o que permitia aos diretores de redação dos telejornais noturnos atualizarem e divulgarem as informações em seus veículos, eles passaram a ser divulgados às 22 horas, o

que impedia tanto a informação aparecer no telejornal noturno como dificultava os veículos impressos a disponibilizarem esses dados diante dos seus horários de fechamento. O G1 assim noticiou a mudança do horário de divulgação:

Além de reduzir a qualidade da informação, o governo Jair Bolsonaro passou a divulgar os dados com atraso maior nesta sexta. Até então, os números eram consolidados às 17h, a partir dos dados estaduais e do Distrito Federal, e divulgados até às 18h. O boletim era, inclusive, explicado em coletivas no Palácio do Planalto no fim da tarde. Na última semana, os dados foram divulgados entre 21h30 e 22h. Questionado sobre a mudança, o presidente Jair Bolsonaro creditou a mudança à necessidade de obter dados mais consolidados. Ao mesmo tempo, afirmou: "Acabou matéria do Jornal Nacional". Apesar de apontar um motivo "técnico", o presidente da República não explicou por que, por mais de 70 dias, foi possível consolidar os dados mais cedo. E nem por que os números que são divulgados às 22h constam de uma planilha que atualiza dados até as 19h (online, G1, 06/06/2020)⁵

Além disso, o Ministério da Saúde passara a totalizar somente os dados confirmados no dia, o que dava impressão de queda do número de casos já que a confirmação dos exames demorava em alguns casos mais de duas semanas. No dia 06 de junho, na mesma matéria supracitada, o G1 divulgou a seguinte notícia sobre o tema.

O Ministério da Saúde retirou, do site oficial sobre a pandemia do novo coronavírus, os dados acumulados sobre o número de infectados e mortos pela Covid-19. Desde a tarde deste sábado (6), o portal exibe apenas os resultados das últimas 24 horas. A mudança segue o mesmo protocolo que foi adotado para o boletim diário de divulgação. O documento, que trazia a atualização das últimas 24 horas e os números consolidados, foi divulgado

⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/06/apos-reduzir-boletim-governo-bolsonaro-retira-dados-acumulados-da-covid-19-de-site-oficial.ghtml> Acesso em 04 set. 2020.

na sexta (5) com menos informações. Com a mudança, o governo Jair Bolsonaro tenta esconder que o Brasil já atingiu a casa de 35.456 mortes e 659.114 casos confirmados da Covid-19. Os números foram tabelados neste sábado pelo G1, em levantamento exclusivo junto às secretarias estaduais de Saúde. Às 18h deste sábado, o portal oficial do Ministério da Saúde apresentava apenas os números reunidos até as 22h de sexta. Apenas nas 24 horas anteriores a esse boletim, foram registrados 30.830 novos contaminados e 1.005 mortos. (online, G1, 06/06/ 2020)⁶

Os veículos de comunicação passam então a adotar metodologias e conceitos diferentes dos dados oficiais do Governo Federal. Entre esses conceitos, surge em 9 de julho, a partir da orientação de “especialistas”, o conceito de “média móvel do número de casos” assim resumidos em notícia publicada pelo G1:

O G1 e os telejornais da *Globo* e da *GloboNews* divulgam desde 9 de julho dados mais detalhados sobre a pandemia de Covid-19 no Brasil. Esses indicadores permitem mostrar onde as mortes causadas pelo novo coronavírus estão aumentando, diminuindo ou estáveis.

Para isso, adotam os seguintes critérios:

Média móvel: média de casos ou mortes dos últimos 7 dias

Variação: mudança da média móvel nos últimos 14 dias

Estabilidade: variações de até 15%, para mais ou para menos (online, G1, 09/06/2020)⁷

As empresas de comunicação começam desse modo a totalizar dados antes do Ministério da Saúde, usando metodologias diferentes para acompanhar a evolução do número de casos e mortes. Vale destacar que até final do mês de

⁶Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/06/apos-reduzir-boletim-governo-bolsonaro-retira-dados-acumulados-da-covid-19-de-site-oficial.ghtml>. Acesso em 04 set. 2020.

⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/09/g1-e-telejornais-passam-a-divulgar-dados-mais-detalhados-sobre-a-pandemia-de-covid-19-no-brasil.ghtml>. Acesso em 08 set. 2020.

setembro de 2020, os veículos continuavam publicando diariamente um acompanhamento da média móvel do número de óbitos e casos.

3. Epidemias e governamentalidade

Neste ponto de nossa argumentação, ao que tudo indica, parece haver uma ligação entre a gestão das informações sobre o Coronavírus e o modo de se governar e suas respectivas tecnologias. E nesta articulação complexa, acreditamos que os meios de comunicação se fazem uma peça fundamental de elucidação desta artimanha que envolve território, saúde, governo e população.

Foucault, para tratar da questão das tramas de poder que se estabelecem em termos de governo, não deixa de se debruçar sobre a ocasião desafortunada de doenças contagiosas. Refletir aqui sobre o manejo populacional para enfrentar uma doença, neste sentido, pode ser o recuo necessário para outras articulações da abordagem midiática da pandemia. Não é à toa que analisar sobre como a pandemia causada pelo Coronavírus é apresentada pelos meios de comunicação nos leve também a tematizar sobre a própria constituição da cidade, de suas proposições políticas e éticas. Quando Foucault formula a noção de biopolítica em 1977-78, no curso *Segurança, Território e População*, não tinha como objetivo mostrar o quanto era ruim muito menos o quanto era bom o exercício de um poder ligado à condução da vida da população. O objetivo seria, dentre outros, fazer um diagnóstico de uma nova forma de funcionamento das tecnologias de poder, justamente as que avançam sobre os corpos e sobre as vidas, incluindo, sobretudo, o seu aspecto biológico.

Diante dessa pesquisa sobre a biopolítica, fugindo de uma dimensão valorativa, Foucault se desloca para uma compreensão mais profunda sobre as artes de governar. É com este panorama investigativo que empreende uma série de pesquisas sobre as tecnologias de governo dentro de uma razão de Estado, identificando propósitos de governo ligados também aos fluxos econômicos. Assim, o entendimento de como se empreende o poder passa necessariamente

por um estudo do funcionamento de tecnologias de governo, daí o seu interesse pela gestão das epidemias, dos controles de natalidade e de mortalidade.

Sendo assim, reconhecemos a atualidade das considerações de Foucault feitas há mais de 40 anos em seu curso *Segurança, Território e População* sobre a relação entre doenças viróticas, que assolaram a humanidade pela alta incidência de mortalidade, e os modos de poder e de governo. Neste curso proferido no *Collège de France* podemos encontrar um material de pesquisa que demarca uma mudança de tecnologias de governo com a mobilização que se deu para lidar com epidemias como a lepra, a peste e a varíola. Para cada epidemia, tanto a varíola na modernidade, como a lepra e a peste, em que os grandes surtos ocorreram por volta dos séculos XVI e XVII, respectivamente, identificou-se uma correlação de um modo de tratar a doença e os modos de se governar.

Atento à relação íntima das proposições governamentais com a gestão de espaços e dos doentes contaminados, Foucault, neste curso, vai começar por identificar um modo de poder soberano de incidir sobre a vida dos doentes acometidos pela lepra. Em um contexto geral, com o poder soberano se exerceram mecanismos de governo que se detiveram em agir nos limites do território, pois, a maioria das cidades nos séculos XVI e XVII eram essencialmente caracterizadas por um isolamento jurídico-administrativo dentro de um espaço “murado e denso”, em que as atividades econômicas e sociais se voltavam para uma dimensão campesina. Desse modo, na ocasião do acometimento da lepra, os doentes eram simplesmente confinados para morrerem longe dos não contaminados, se empreendendo a exclusão, separação rigidamente binária dos contaminados daqueles que não estavam contaminados, operacionalizando-se para isso um conjunto jurídico, “de leis, de regulamentos, conjunto religioso e também de rituais” (Foucault, 2008b, p.13)

Em acordo com a pesquisa foucaultiana em um texto de meados do século XVII, escrito por Alexandre Le Maître, intitulado *Le Métropolitée*, os problemas que surgiram nas cidades com um modo de poder soberano se deram a partir do crescimento do comércio, da necessidade de intercâmbios

econômicos e do adensamento populacional no interior das muralhas, tudo isso demandou um “desencravamento espacial, jurídico, administrativo, económico da cidade” para a ressituar em um novo espaço de circulação (Foucault, 2008b, p. 17). Com a determinação da necessidade deste novo espaço de circulação, o território vai ser dividido em partes muito bem demarcadas em suas ordens, como a reserva de um espaço restrito à movimentação dos soberanos e seus oficiais, outro espaço para os artesãos e, por fim, um para os camponeses. Nessa disposição arquitetônica, a capital do Estado deveria estar no centro da cidade, sendo que a eficácia política, segundo Le Maître, estaria ligada a uma intensidade de circulação, tanto de ideias, como das vontades, das ordens, do comércio etc.

Para atender esta disposição das pessoas na cidade empreende-se então um poder disciplinar, prevalecendo o controle da circulação nos espaços demarcados para a garantia da segurança, evitando-se assim as aglomerações desordenadas com a abertura de espaços livres para as relações comerciais que seriam regulamentadas por instâncias administrativas. Com este tipo de cidade surgem a reboque desta disposição territorial as demandas governamentais de higiene, de garantia do comércio no interior da cidade, de rede de ruas para o fluxo de mercadorias e, o mais importante para as cidades no século XVIII, da vigilância para garantir a segurança mesmo com a eliminação das muralhas. A alternativa à época foi se utilizar de um poder disciplinar para “organizar a circulação, eliminar o que era perigoso nela, de separar a boa circulação da má, maximizar a boa circulação diminuindo a má” (Foucault, 2008b, p.24), controlando os corpos em uma estrutura hierárquica e funcional.

Com a peste, surgida no contexto deste poder disciplinar, o tratamento dos doentes irá se diferenciar do tratamento da lepra pelo poder soberano, consistindo não mais em deixar os doentes retidos em espaços de confinamento, mas em fazer valer rígidos regulamentos aplicados aos infectados como orientar seus hábitos, cercear seus movimentos com a prática da quarentena, a fim de evitar o contágio massivo e conseguir maior eficiência

em isolar as pessoas contaminadas. Comenta Foucault sobre os regulamentos dispostos no caso da peste:

quadrilhar literalmente as regiões, as cidades no interior das quais existe a peste, com uma regulamentação indicando às pessoas quando podem sair, como, a que horas, o que devem fazer em casa, que tipo de alimentação devem ter, proibindo-lhes este ou aquele tipo de contato, obrigando-as a se apresentar a inspetores, a abrir a casa aos inspetores (Foucault, 2008b, p.13).

Daí em diante, num deslocamento paulatino das medidas disciplinares frente ao surgimento dos grandes conglomerados populacionais, o poder se transmuta em tecnologias mais eficientes de contenção e controle da população, e a questão da segurança passa a ser a tônica de um poder que vai se ocupar de projeções, estimativas, não mais de um futuro controlado e controlável, mas fazendo seu planejamento em cima do que pode acontecer à população, das probabilidades de uma intempérie prejudicar a vida na cidade. Nesta modalidade de poder (biopoder) vai se procurar não mais atingir os corpos, vigiá-los, mas incidir na multiplicidade de indivíduos que existem materialmente ligados à condição biológica de seres vivos. Por conseguinte, com o aparecimento da varíola, no século XVIII, os dispositivos de segurança vão se aprimorando a reboque da doença, não sendo mais necessária uma regulamentação para a separação entre os doentes e os não-doentes, surgindo assim um mecanismo que levaria em conta o conjunto da população “sem descontinuidade, sem ruptura, dos doentes e não-doentes”. (Foucault, 2008b, p.81)

A este mecanismo, como um tipo de variação dos dispositivos de segurança, se acrescentará outra estratégia que não a disciplina, com sua onerosa exigência de constante vigilância e manutenção de espaços de isolamento, a saber, esta nova técnica consistiu em fazer prospecções estatísticas de população, estabelecendo-se com isso uma curva “normal” dos casos de infecção ou morte pela doença, fazendo os governos em face da

doença já previamente contar e administrar o número de contaminados e índices de mortalidade a partir da adesão da população à inoculação do vírus da varíola.⁸ Então, no caso da varíola, embora a disciplina muitas vezes seja “chamada em auxílio”, esta tecnologia de governo já não teria tanta eficácia para o controle da população, a questão não seria manter as pessoas sob vigilância, mas saber em índices estatísticos “quantas pessoas pegaram varíola, com que idade, com quais efeitos, qual a mortalidade, quais as lesões ou quais as sequelas, que riscos se corre fazendo-se inocular”. (Foucault, 2008b, p.14).

É na aula de 25 de janeiro desse mesmo ano que Foucault vai discorrer sobre a epidemia da varíola como uma forma de tratar da integração da doença a um plano racionalizado de governamentalidade. Vejamos:

A partir do momento em que, a propósito da varíola, passam a ser feitas as análises quantitativas de sucessos e insucessos, de fracassos e de êxitos, quando passam a calcular as diferentes eventualidades de morte ou de contaminação, então a doença não vai mais aparecer nesta relação maciça da doença com o seu lugar, seu meio, ela vai aparecer como uma distribuição de casos numa população que será circunscrita no tempo ou no espaço (Foucault, 2008b, p.79).

Com a noção de casos, do aumento ou diminuição do número de casos, há um modo de quantificação, “do racional e do identificável” para se integrar no âmbito coletivo os casos individuais. Somente em referência ao número de casos, se tornam mais aceitáveis um conjunto de normatizações; “aceitáveis para os médicos, para os administradores, para os encarregados da ‘polícia médica’ e, finalmente, para as próprias pessoas” (Foucault, 2008b, p. 78).

Foucault, observante da integração de tecnologias de segurança voltadas para a doença, vê nelas uma espécie de adaptação de mecanismos econômicos

⁸ A técnica de inoculação ou variolização, uma prática originalmente oriental, começou a ser exercida na Europa a partir do século XVIII, e consistia em implantar o vírus da varíola no homem saudável, provocando a instalação virótica em uma forma mais branda e com manifestação local, para forçar o organismo a fabricar anticorpos para a doença.

para as estratégias de governo que visariam um tratamento quantitativo da população, e passa a identificar além da noção de caso, as noções de risco, de perigo e de crise como parte de um arsenal governamental. Estas noções em conjunto vão justificar as mais diversas medidas de governo no que concerne ao modo de vida levado na cidade.

Por exemplo, com a noção de risco se estabelece para cada indivíduo ou grupo individualizado a chance de se contrair a doença, morrer ou mesmo se curar; “para cada indivíduo, dada a sua idade, dado o lugar em que mora, pode-se igualmente para cada faixa etária, para cada cidade, para cada profissão, determinar o risco de morbidade, o risco de mortalidade” (Foucault, 2008b, p. 79). Se o cálculo de riscos mostra que eles não são os mesmos para todas as pessoas, variando de acordo com a idade, condições prévias de saúde, condições climáticas, etc., obviamente nas incidências de maior risco identifica-se àquilo que é mais perigoso em termos de contaminação e letalidade. Com uma reflexão mais abrangente acerca dos riscos, da probabilidade de riscos e suas repercussões emocionais, Brian Massumi afirma: “Se os riscos podem ser calculados em termos de probabilidade, estas últimas não têm nada a dizer sobre cada caso em particular” (Massumi, 2018, p.51). Entretanto, saber dos riscos é determinante para conter ou refrear uma atitude individual, Massumi adverte então que as escolhas tomadas a partir de um quadro de riscos,

são altamente carregadas, em um plano afetivo, pelo medo de um futuro incerto. O presente é abalado pelo futuro ao ponto de tremer. Não há cálculo de risco que seja independente da relação afetiva que o indivíduo possui consigo em relação à incerteza (Massumi, 2018, p.51).

Com a noção de risco, coloca-se em questão a noção de perigo, sendo ambas promissoras em potencializar a adesão da população às medidas de governo. O perigo deixa a população constantemente em alerta, pois qualquer variação brusca do surto da doença pode vir a deflagrar a condição de crise.

Portanto, no rastro do risco e do perigo vem a instauração da crise. A crise nada mais é, nas palavras de Foucault, do que

fenômenos de disparada, de aceleração, de multiplicação da doença num momento dado, num lugar dado, possa vir, por meio do contágio, a multiplicar os casos que, por sua vez, vão multiplicar outros casos, e isso segundo uma tendência, uma curva que pode vir a não mais se deter, a não ser que, por um mecanismo artificial, ou também por um mecanismo natural, porém enigmático, possa ser controlada e o seja efetivamente (Foucault, 2008b, pp. 80-81).

Diante desses fenômenos de disparada em que se identifica uma crise, a população tende a apostar todas as fichas em um mecanismo superior que possa detê-la ou em uma intervenção artificial que possa controlá-la. Na época em que Foucault se debruçou na análise das noções de caso, risco, perigo e crise, ele passou a vê-las como um novo campo de aplicação de técnicas de segurança por parte do governo para intervir diretamente no controle da população. Entretanto, é importante enfatizar que, ainda segundo os estudos foucaultianos deste assunto, não existe uma sucessão de tecnologias de governo ao longo da história, em que um modo de poder vai pura e simplesmente suplantar o anterior; um modo de governo pautado na segurança faria funcionar não apenas dispositivos próprios da segurança, mas de certa forma acrescentaria “as velhas estruturas da lei e da disciplina” (Foucault, 2008b, p. 14). Ou seja, não há ruptura e sim acréscimo, tecnologias diferenciadas vão se acoplando a fim de sustentar uma economia geral de poder, e o que vai diferenciar entre um mecanismo de governo e outro vai ser o modo com que são operacionalizados estes poderes.

4. Gestão das informações e tecnologias de governo ocupadas com a vida e a morte nas cidades

Em acordo com o que vimos da relação entre as doenças e os tipos de dispositivos acionados para contê-las, temos o poder soberano, como no caso da lepra, na inflexão de um “poder absoluto e dramático”, que consistia na radicalidade de fazer morrer, isolar os doentes para que pudessem morrer sozinhos e sem maiores cuidados. Com as tecnologias do biopoder, cumpre, ao contrário, considerar o homem como ser vivo, fazê-lo viver por um “poder contínuo e científico”. Aí a célebre equação foucaultiana elaborada já *Em Defesa da Sociedade*, em 1976: “A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e deixar morrer.” (Foucault, 2005, p. 294)

Sob o contexto da biopolítica se cria então o poder dos Estados intervirem para fazer viver, uma maneira de viver, um “como” viver. Podemos a partir daí identificar a implicação íntima entre fluxos de informações e o direcionamento de estratégias políticas que vão se ocupar da vida. Portanto, a biopolítica que surge tem como prioridade um fazer viver tanto conforme às demandas da economia, como da saúde, ou de qualquer variável que exija um posicionamento do governo para a manutenção da população com vida. Ao que tudo parece indicar, os meios de comunicação não estariam alheios a isso, seriam mais um dentre muitos dispositivos a participarem ativamente dos empreendimentos biopolíticos.

Por exemplo, quando surgiu uma forma de economia pautada no liberalismo econômico não havia necessariamente a oposição entre Estado e Mercado, pois ambos se constituiriam como aliados em uma série de práticas de governamentalidade, de gestão da vida, ou seja, parceiros em um conjunto de técnicas de governo em que o poder não seria visto como algo externo e coercitivo, mas algo que produziria sujeitos socialmente úteis, adaptados para as demandas da vida do trabalho e econômica. Assim, com o passar do tempo, o *homo oeconomicus* emergente na dimensão biopolítica vem se apoiar em uma

condição de vivência e convivência pautadas em relações econômicas, em que “se aceita a realidade” a partir de uma conduta racional que é sensível “a modificações nas variáveis do meio e que responde a elas de forma não-aleatória, de forma portanto sistemática” (Foucault, 2008a, p.368). O *homo oeconomicus* surge então como um ser manejável e governável, pois sua razão de ser se atrela à economia, servir aos seus próprios interesses coincide com obedecer a economia; o *homo oeconomicus* deixa a dimensão do *laissez-faire* do liberalismo clássico e vai se entrelaçar com uma governamentalidade que age sobre o meio e o modifica.

Pierre Dardot e Christian Laval (2016) afirmam em concordância com a leitura foucaultiana sobre o primado das relações pautadas na concorrência no mundo contemporâneo e afinadas com as considerações biológicas de Hebert Spencer, a quem consideram o representante científico de uma “virada” na história do liberalismo pela ideia da luta pela sobrevivência na esfera social, que

nada garante que aquele que participa da grande luta da seleção natural irá sobreviver, apesar de seus esforços, de sua boa vontade, de suas capacidades. Os menos aptos, os mais fracos, serão eliminados por aqueles que são mais adaptados, mais fortes na luta. Não se trata mais de uma lógica de promoção geral, mas de um processo de eliminação seletiva (Dardot & Laval, 2016, p. 53).

Vale salientar que houve a ampliação das técnicas disciplinares no que diz respeito à governamentalidade biopolítica, imiscuindo-se nelas uma racionalidade geral, um regime de evidência propagado pelos governos como base de compreensão das ações humanas. Este regime de evidência obriga todo indivíduo a participar de um cálculo no que diz respeito aos modos de viver. Nesta perspectiva, uma racionalidade política não se dá como um conhecimento neutro de que os governos se valem para intervir na população, na verdade, essa racionalidade cria um campo discursivo para legitimar uma forma de direcionar a vida individual e coletiva em um território. Isso acontece, por exemplo, a partir

de um problema a enfrentar na cidade, como no caso aqui investigado, uma vez identificada a pandemia que coloca em risco a vida humana, de que forma as informações produzidas e veiculadas podem fundamentar certas ações para se não resolver pelo menos administrar uma crise? De que forma se poderá contê-la sem colocar em risco as proposições econômicas que sustentam a cidade?

Destarte, no quadro das informações dadas a respeito da situação pandêmica provocada pelo Covid-19, a partir de uma racionalidade tirada de cálculos que servem ao máximo proveito de um sistema econômico, da proliferação do capital, há de se considerar que as visadas políticas ganharam dimensões complexas, em que as ações passam a se voltar para a manutenção de algumas vidas em detrimento de outras, e agora não se conta mais exclusivamente com a fórmula geral enunciada por Foucault de “fazer viver e deixar morrer”. O filósofo camaronês Achille Mbembe, autor do livro *Necropolítica*, a partir das considerações de Foucault, passa a nos chamar atenção para o fato de uma reativação do poder soberano do Estado em sua atitude de fazer morrer no contexto neoliberal; isto é, ressalta tecnologias específicas em empreender a morte de uma parcela da população, do resto populacional invisibilizado e inadaptável às demandas econômicas atuais. Estas tecnologias da morte engendradas sob um horizonte econômico neoliberal, e perspicazmente identificadas por Mbembe, se dariam sobretudo nos temas relativos à segurança, em que os adversários não seriam necessariamente outros Estados inimigos, mas indivíduos situados dentro do mesmo território.

Identificando um tipo de “dispersão administrativa” na fórmula dos Estados soberanos, em que empresas privadas passam a ter um protagonismo devido à proeminência de princípios econômicos neoliberais, Mbembe afirma:

O enfraquecimento das capacidades administrativas do Estado anda de mãos dadas com a privatização de algumas de suas funções soberanas. Por outro lado, o prêmio concedido à desregulamentação se traduziu na prática por um movimento de desinstitucionalização, ele mesmo inclinado à generalização das práticas informais. Encontraremos essa informalidade não apenas nos

domínios do econômico, mas também no próprio coração do Estado e da administração e em muitos setores da vida social e cultural que tenham alguma relação com a luta pela sobrevivência (...) O fracionamento do poder público é respondido, como um eco, pela constituição, multiplicação e depois disseminação de núcleos de conflito dentro da sociedade. Surgem novas arenas do poder à medida que os imperativos da sobrevivência acentuam o processo de autonomização das esferas da vida social e individual. Mais do que antes, as práticas da informalização não se limitam mais aos aspectos econômicos e às estratégias de sobrevivência material. Elas se tornam, pouco a pouco, as formas privilegiadas da imaginação cultural e política. (Mbembe, 2019, pp. 198-199)

A partir da constatação desta dispersão do Brasil no que diz respeito não apenas à gestão da informação, como também às medidas administrativas relativas à contenção da pandemia, ressalta-se com muita evidência o destaque do consórcio dos veículos de comunicação privados na produção e gestão das informações sobre o alastramento do Coronavírus. Sendo assim, há questões que surgem deste novo panorama aqui apenas traçado e que merecem ser objeto de estudos futuros e cuidadosamente analisadas no âmbito das premissas biopolíticas, tais como: De que forma a gestão da informação sobre os casos de Covid-19 ser exercido por um consórcio de empresas de comunicação privadas impactou na mobilização da população por políticas públicas que pudesse ampará-la em suas demandas de saúde e de continuação da vida econômica?; de que modo as informações veiculadas pelas empresas de comunicação conferiram um outro poder, maior do que o Estado, de conduzir a população?; considerando a nova metodologia de formulação e divulgação das informações sobre o alastramento do Coronavírus, isso teria conferido maior credibilidade às informações extraoficiais sobre o alastramento da doença?; e, por fim, em que medida as informações veiculadas pelo Ministério da Saúde e pelo consórcio das empresas de comunicação se configurariam como uma arena de disputa de poder, em que os imperativos clássicos da

biopolítica de “fazer viver” cederiam lugar às ênfases mais contemporâneas não apenas de “deixar morrer”, mas, sobretudo, de “fazer morrer”?

5. Considerações finais

O artigo apresentou uma leitura do alastramento do Covid-19 pelo Brasil através da articulação entre a biopolítica e a divulgação de informações sobre a totalização do número de casos e óbitos pelo consórcio de empresas de comunicação. Considerando que a vida em todas as suas dimensões, sejam as mais íntimas e interiores possíveis quanto as que abrangem a convivência coletiva, parecem ter sido capturadas pela política, a biopolítica portanto se inscreve dentro da complexidade de compreensão dos fenômenos contemporâneos. No entanto, parece ser importante destacar, a título de considerações finais, dois aspectos, a saber:

O primeiro é que a biopolítica não é um regime ou sistema de poder em que seja possível identificá-lo através de grandes narrativas midiáticas, agindo de forma coercitiva sobre os indivíduos de uma dada sociedade. Ao contrário disso, a biopolítica se empreende a partir da constituição de um conjunto de técnicas e práticas de governo sobre a vida de uma população, fazendo-se necessário observar a sutileza de cada uma dessas técnicas de governo para só assim compreender seus efeitos no conjunto da população. Ao mesmo tempo, é importante observá-la como um campo de forças e relações e como um local de disputas a partir de seus dispositivos, ou seja, o poder não é algo que em um regime da biopolítica se detêm ou alguém possui. É nesse sentido que o artigo buscou circunscrever o campo da comunicação, mostrando-o como um dispositivo atuante em relações que envolvem as informações veiculadas.

Todavia, faz-se também importante considerar que a biopolítica não exclui ou substitui os regimes de poder disciplinar ou mesmo o exercício de um regime de poder soberano. Se na obra de Michel Foucault é possível observar que diferentes epidemias tiveram tratamentos diferenciados conforme a articulação do poder vigente, no caso da incidência do Coronavírus no Brasil,

talvez algo singular comece a se insinuar e requeira estudos mais aprofundados, quer seja, seria possível destacar a partir das informações veiculadas um funcionamento entre os regimes de poder soberano, disciplinar e biopoder, e em qual proporção estes modos de poder se destacariam? Assim, não é possível falar de biopolítica sem articulá-la com diversos modos de poder e suas respectivas tecnologias.

O segundo aspecto que o artigo explorou é que, no caso brasileiro, os dispositivos biopolíticos podem ser reconhecidos a partir da atuação dos meios de comunicação na constituição de um consórcio que visou totalizar números de casos e óbitos, bem como criou conceitos diferentes do Governo Federal para acompanhar a evolução desses números. A gestão dessas informações foi, portanto, elaborada por empresas privadas dentro de uma série de disputas com o Ministério da Saúde que envolviam, dentre outras coisas, as dinâmicas de funcionamento das redações.

Talvez seja cedo para especular quais as consequências de empresas privadas elaborarem dados sobre a pandemia de Covid-19, se antecipando ao Governo e apresentando conceitos diferentes. Esse estudo mostra, em certo sentido, a necessidade de construção de um modo de comunicação pública no país que nem esteja focado numa mídia estatal nem em empresas de comunicação. O que se buscou aqui, em linhas gerais, foi apresentar uma leitura das informações sobre o alastramento do Coronavírus pelo Brasil no ponto em que parecem estar articuladas com a dimensão biopolítica, no controle e condução da população.

No momento em que se conclui esse artigo, dia 29 de setembro de 2020, o número de mortos em decorrência das complicações do Coronavírus já ultrapassou a marca de 142 mil pessoas.

Referências

Dardot, P. & Laval, C. (2016). *A Nova Razão do Mundo*. Boitempo.

Dardot, P. & Laval, C. (2020/ 03/ 19) *L'épreuve politique de la epidémie*.
Mediapart. Disponível em: <https://blogs.mediapart.fr/les-invites-de-mediapart/blog/190320/l-epreuve-politique-de-la-pandemie>

Duarte, J. A. M. (2001). Assessoria de imprensa: o caso brasileiro.
Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, 24(1), 79-105.
<http://dx.doi.org/10.1590/rbcc.v24i1.1017>

Foucault, M. (1979) *Microfísica do poder*. Graal.

Foucault, M. (2005) *Em Defesa da Sociedade*. Martins Fontes.

Foucault, M. (2008a) *Nascimento da Biopolítica*. Martins Fontes.

Foucault, M. (2008b). *Segurança, Território e População*. Martins Fontes.

Kunsch, M. (2016). *Comunicação Organizacional Estratégica*. Summus.

Massumi, B. (2018) *L'Économie contre Elle-Même*. Lux Éditeur.

Mbembe, A. (2019) *Sair da Grande Noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Vozes.

Revel, J. (2005) *Foucault: conceitos essenciais*. Claraluz.

Luís Celestino de França Júnior

Professor Adjunto do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Cariri – UFCA, Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa Cartografias da Subjetividade (Grupo Certificado pelo CNPq).

Regiane Lorenzetti Collares

Professora Associada do curso de Filosofia da Universidade Federal do Cariri – UFCA, Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa Cartografias da Subjetividade (Grupo Certificado pelo CNPq).

Data de submissão: 29/09/2020 – Data de aceite: 27/12/2021